



## **Contribuição para a crítica marxista da necropolítica**

Vinícius Azevedo<sup>1</sup>  
Leticia Neres da Ponciuncula<sup>2</sup>

### **Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo contribuir para a abordagem marxista da crítica da categoria necropolítica, presente no livro-ensaio de Achille Mbembe (2018). O percurso da nossa contribuição é apresentado em três momentos, a saber: a) crítica inicial a essa categoria; b) demonstração da infertilidade dessa categoria na compreensão da formação histórico-econômica da América Latina e c) compreensão da natureza do uso de tal categoria por parte dos meios de comunicação e informação, bem como por parcela dos acadêmicos e da esquerda brasileira. Conclui-se que a categoria necropolítica é insuficiente para a compreensão da realidade social dada a sua natureza acrítica que oculta os processos que a determinam, sendo necessário, portanto, apontar para uma alternativa classista e revolucionária.

**Palavras-chave:** Necropolítica, Achille Mbembe, Marxismo.

## **Contribución a la crítica marxista de la necropolítica**

### **Resumen**

Este trabajo tiene como objetivo contribuir al abordaje marxista de la crítica de la categoría necropolítica, presente en el libro-ensayo de Achille Mbembe (2018). El camino de nuestra contribución se presenta en tres momentos, a saber: a) crítica inicial a esta categoría; b) demostración de la infertilidad de esta categoría para comprender la formación histórico-económica de América Latina; c) comprensión de la naturaleza del uso de tal categoría por los medios de comunicación e información, así como por parte de los académicos y de la izquierda brasileña. Se concluye que la categoría necropolítica es insuficiente para la comprensión de la realidad social dado su carácter acrítico que oculta los procesos que la determinan, por lo que es necesario apuntar a una alternativa clasista y revolucionaria.

**Palabras-clave:** Necropolítica, Achille Mbembe, Marxismo.

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Bolsista CAPES-DS. E-mail: [vinicius.azevedo@unesp.br](mailto:vinicius.azevedo@unesp.br)

<sup>2</sup> Graduanda em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). E-mail: [l.ponciuncula@unesp.br](mailto:l.ponciuncula@unesp.br)

## Contribution to the Marxist critique of necropolitics

### Abstract

The present paper aims to contribute to the marxist approach to the critique of the necropolitical category, present in the book-essay by Achille Mbembe (2018). The path of our contribution is presented in three moments, namely: a) initial criticism of this category; b) demonstration of the infertility of this category in understanding the historical-economic formation of Latin America; c) comprehension of the nature of the use of such category by the media, as well as by part of academics and the Brazilian left. It is concluded that the necropolitical category is insufficient for the understanding of social reality given its uncritical nature that hides the processes that determine it, and it is therefore necessary to point to a classist and revolutionary alternative.

**Key words:** Necropolitics, Achille Mbembe, Marxism.

[...] toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação [a aparência] e a essência das coisas coincidissem imediatamente. (MARX, 1986, p. 271).

### Introdução

O uso teórico das categorias necropolítica e necropoder circula no meio acadêmico e no ativismo progressista pelo menos desde a publicação da versão brasileira do ensaio *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte* de autoria de Achille Mbembe. Escrito originalmente em 2003, o título chega ao público brasileiro primeiramente em 2016, publicado no periódico *Arte & Ensaio*, e posteriormente em 2018, em livro pela n-1 edições. Nesse ensaio, o filósofo camaronês propõe que a política de morte e vida é exercida em nome de determinada soberania e, para tanto, a conceituação de necropolítica e necropoder se justifica para compreender as formas contemporâneas de terror e subjugação. Para esse fim, Mbembe toma de empréstimo as meditações de Michel Foucault de biopoder e biopolítica a fim de atualizá-las.

A tarefa que pretendemos alcançar no presente trabalho tem como objetivos a) tecer uma crítica inicial a essa categoria, tal qual ela se apresenta na edição brasileira de 2018; b) demonstrar a infertilidade dessa categoria para a compreensão da formação histórico-econômica da América Latina e c) compreender a natureza do uso dessa categoria por parte dos meios de comunicação e informação, bem como por parcela dos acadêmicos e da esquerda brasileira. Cabe mencionar ainda que o presente trabalho tem a intenção de contribuir para essa crítica dentro do campo do marxismo, cuja contribuição fora iniciada por Maia (2022) no artigo *Crítica da necropolítica: uma abordagem marxista*.

## As aproximações teóricas veladas de Mbembe

A primeira tarefa que Mbembe propõe na seção intitulada “Política, o trabalho da morte e o ‘devir sujeito’” é criar uma leitura da “política como o trabalho da morte” (2018, p. 16), para em seguida apresentar na seção “O biopoder e a relação de inimizade”, em que a categoria soberania ganha expressão “predominantemente com o direito de matar” (ibidem, p. 16). O direito de matar, por sua vez, é para Mbembe a base normativa do estado de exceção e da inimizade. Recorrendo a exemplos históricos, o autor situa que o nazismo foi expressão dessas práticas no século XX, mas tem uma origem anterior: no imperialismo colonial e no desenvolvimento de mecanismos técnicos entre a Revolução Industrial e a Primeira Guerra Mundial. Dessa forma, a argumentação de Mbembe busca investigar a “ligação entre a modernidade e o terror” (ibidem, p. 21). Essa leitura encontra raízes às quais Mbembe não cita, contudo, faz coro. Por esse motivo, esse argumento, em especial, merece atenção.

A afirmação de que “em nenhum momento se manifestou tão claramente a fusão da razão com o terror como durante a Revolução Francesa” (MBEMBE, 2018, p. 23) é o eco tímido de Alexis de Tocqueville, pensador francês crítico da Revolução Francesa, que se espanta ao observar as ideias dos intelectuais iluministas penetrarem nas massas que sepultaram o Antigo Regime. Num temor típico da intelectualidade reacionária, Tocqueville dispara contra os iluministas que “pensam todos que convém substituir regras simples elementares extraídas da razão e da lei natural aos costumes complicados e tradicionais que regem a sociedade de seu tempo” (1997, p. 143). Para Tocqueville, “os filósofos ficaram desgostosos com tudo que era antigo e com a tradição”, tendo conduzido a “querer refazer a sociedade de seu tempo conforme um plano inteiramente novo, que cada um esboçava à única luz de sua razão” (1997, p. 144). Já para Mbembe (2018, p. 23), “o terror se converte numa forma de marcar a aberração no corpo político”, enquanto a “política é lida tanto como a força móvel da razão quanto como a tentativa prática de criar um espaço em que o ‘erro’ seria minimizado, a verdade, reforçada, e o inimigo, eliminado”.

Se para Tocqueville a Revolução Francesa considerou “o cidadão de uma maneira abstrata, fora de qualquer sociedade particular” (1997, p. 60), a reverberação dessa ideia se encontra em Mbembe, em que “‘o povo’ é gradualmente deslocado, enquanto categoria política, da realidade concreta à figura retórica” (2018, p. 23), e prossegue “o terror não está ligado exclusivamente à utópica crença no poder irrestrito da razão humana”, mas também se relaciona a “várias narrativas sobre a dominação e a emancipação” (2018, p. 24), que para Mbembe são concepções herdadas do Iluminismo. Nesse momento, o autor apresenta o

“equivoco” de Marx: a confusão entre o trabalho, descrito como “o ciclo interminável de produção e consumo necessário à manutenção da vida humana” (2018, p. 24), e obra, que para Mbembe corresponde a “criação de artefatos duráveis que se somam ao mundo das coisas” (ibidem). Ora, vejamos então a definição de Marx para a categoria trabalho:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio.

[...]

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais. (1996a, p. 297-298).

Apesar da definição da categoria estar acompanhada de uma citação extensa, em nenhum momento encontramos alguma relação entre a definição que Mbembe atribui a Marx e a definição dada pelo próprio Marx na sua obra magna, o que nos leva a pensar que a descoberta do equivoco anunciado por Mbembe não reside em outro lugar senão na cabeça do próprio Mbembe. No que diz respeito à diferenciação entre trabalho e obra, a definição dada pelo autor de *Necropolítica* nos parece, quando muito, vaga e carece de melhor desenvolvimento. Não seria a produção resultante do trabalho humano sob a natureza algo que se soma *também* ao mundo das coisas? Se a resposta for afirmativa, esse equivoco anunciado por Mbembe não se sustenta, e em caso negativo, temos um Marx caricaturado por Mbembe.

Adiante com a crítica às formulações de Marx, Mbembe postula que para Marx o trabalho é o “vetor de autocriação histórica do gênero humano” (2018, p. 24), e que essa autocriação, por sua vez, junto a superação do capitalismo e da forma mercadoria é “uma espécie de conflito entre a vida e a morte” (ibidem). Essa afirmação busca, mesmo que de forma acanhada, inserir o marxismo e as lutas sociais no bonde chamado necrocapitalismo, uma vez que esses processos são “quase necessariamente violentos” (2018, p. 25). O que nos espanta, no entanto, é o silêncio de Mbembe quanto à violência intrínseca ao processo de extração de mais-valor na sociedade capitalista, em que o trabalhador “não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito” (MARX, 2004, p. 82-83).

A crítica que Mbembe faz à Marx foi transplantada de Hannah Arendt, em sua *A Condição Humana*. Nessa obra, Arendt se propõe a realizar uma distinção entre o labor, a obra e a ação, separando a naturalidade da artificialidade. É nessa separação, em especial na diferença entre labor e trabalho, que a autora explana suas críticas à categoria de trabalho formulada por Marx. Para ela, o labor é historicamente desprezado pelo homem, por ser uma atividade que tem como único objetivo a sobrevivência. Arendt cita o exemplo da escravidão na Grécia antiga, onde promover o sustento da família era serviço incompatível com a *ação política* na pólis.

Hannah Arendt persiste em definir o labor como a atividade necessária para a suplantação das necessidades biológicas, e em defender o desejo inato do homem de querer se distanciar dessa atividade. O trabalho seria o fruto das mãos, multiplicaria as coisas úteis, ao invés da mera reprodução dos meios de subsistência necessários, como é o labor. Para Arendt, Marx invalidou essa distinção, pois para ele todo trabalho seria produtivo. A autora constrói um universo distópico baseado em sua má interpretação das categorias marxianas, onde a finalidade dos homens seria apenas a “sustentação do processo vital” (2007, p. 100). Nesse universo, a ação, que para Arendt seria o espaço dos negócios humanos e do diálogo político, não teria espaço, já que não seria a atividade caracteristicamente humana que nos distingue dos animais. O argumento que a autora utiliza para defender a ação política como verdadeira atividade essencialmente humana é que, ao contrário do trabalho e do labor, “[...] a ação jamais é possível no isolamento” (2007, p. 201).

Como desdobramento do argumento, Mbembe desloca a sua crítica a um possível advento do comunismo. O autor afirma que com o comunismo, a “abolição das relações de troca as coisas aparecerão como elas realmente são; o ‘real’ se apresenta tal como ele é

verdadeiramente, e a distinção entre sujeito e objeto ou entre o ser e a consciência será superada” (2018, p. 24). O primeiro ponto a se notar diz respeito às relações de troca enunciadas por Mbembe sem o epíteto necessário: as relações que o comunismo tem como horizonte abolir são as relações de troca próprias do capitalismo, ou seja, a troca de mercadorias carregadas pelo valor de troca, que por sua vez relaciona-se com a extração de mais-valor. A troca simples, por exemplo, presente em sua forma primeva nas civilizações pré-colombianas da América Latina, tais como os Maias no México e os Incas no Peru, ou ainda aquela praticada na época do apogeu da Rota da Seda não são alvos das relações de troca que o comunismo almeja suplantam: essas formas encontraram o auge de seu desenvolvimento quando foram dissolvidas ante a sociedade burguesa, isto é, diante do afloramento das modernas estruturas de Estado (MARX, 1977, p. 221).

Ademais, o alvo de crítica dos comunistas é justamente aquilo que desejam superar: o regime burguês de propriedade, bem como as relações burguesas de produção, conforme assinala Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*, “o que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa” (2017, p. 33), e “nesse sentido, os comunistas podem resumir sua teoria numa única expressão: supressão da propriedade privada” (2017, p. 34).

O segundo ponto diz respeito ao que Mbembe chamou de “real” e seus desdobramentos no sujeito, objeto e na consciência. O que Mbembe pode estar se referindo diz respeito ao que em Marx é a desagregação entre a atividade prática do trabalho e seus efeitos, tal como observado em:

1) A relação do trabalhador com o produto do trabalho como objeto estranho e poderoso sobre ele. Esta relação é ao mesmo tempo a relação com o mundo exterior sensível, com os objetos da natureza como um mundo alheio que se lhe defronta hostilmente. 2) A relação do trabalho com ato da produção no interior do trabalho. Esta relação é a relação do trabalhador com a sua própria atividade como uma [atividade] estranha não pertencente a ele, a atividade como miséria, a força como impotência, a procriação como castração. (MARX, 2004, p. 83).

Diante disso, Mbembe afirma que, ao fazer com que a “emancipação humana dependa da supressão da produção de mercadoria, Marx atenua as distinções essenciais entre o campo cultural da liberdade construído pelo homem” (2018, p. 25) por um lado, e “o reino da necessidade, determinado pela natureza, e o contingente na história” (ibidem), por outro. Ainda que de modo turvo, é possível localizar que a crítica de Mbembe a essa formulação de Marx está circunscrita ao princípio da emancipação humana ante à dominação e separação da

posse dos meios de trabalho e o trabalhador. De fato, Mbembe teme com razão: “é a supressão dessa situação que a burguesia chama de supressão da individualidade e da liberdade” (MARX; ENGELS, 2017, p. 35). Mas não estariam as mais pretéritas formas de alienação e dominação presentes na sociedade capitalista inseridas numa lógica similar à violência e morte formuladas por Mbembe ao decorrer do seu ensaio? Não para o autor camaronês. Ao que parece, a emancipação humana perante essas formas de exploração e morte não estão na ordem do dia da crítica seletiva de Mbembe. Mas o oposto, a supressão da forma mercadoria atua de forma misteriosa e paranormal contra às “distinções essenciais” às quais Mbembe teme desaparecer.

Para Mbembe, os comunistas “buscavam erradicar a pluralidade da condição humana” (2018, p. 26), sendo essa última o “principal obstáculo para a eventual realização de um *telos* da História predeterminado” (ibidem). Aqui temos uma velha crítica que revela, ao mesmo tempo, um temor burguês e uma falácia. É preciso pontuar que os comunistas não desejam “erradicar” a pluralidade humana, isso sequer pode ser levado como uma crítica séria aos comunistas, mas sim como um argumento encharcado de pavor daqueles que defendem a propriedade privada e não encontram outro recurso senão esse: a invenção, forja, mentira histórica infundada. O que Mbembe chama de realização do *telos* predeterminado da História dentro do marxismo já fora exaustivamente criticado e refutado, inclusive pelo próprio Engels na famosa carta a Joseph Bloch, em que se lê que “de acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante *final* na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos” (n/p, 1890, ênfase no original).

O pensamento de classe é tido pelo autor como “a ideologia que define história como uma luta econômica de classes” (2018, p. 18). Não poderia Mbembe estar mais equivocado! Na mesma carta a Bloch, Engels declara que aquele que afirma que “o fator econômico é o único determinante [da história], ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia” (n/p, 1890, colchetes inseridos). Esse movimento descrito por Engels é o mesmo feito por Mbembe, o que nos leva a julgar que os detratores do marxismo se valem do mesmo repertório mofado e repetidamente reciclado do final do século XIX até os nossos tempos.

Mais adiante, a crítica volta-se a um comunismo imaginado por Mbembe (chamado abstratamente de “marxismo clássico”), citando Stephen Louw, em que a escolha possível passa a ser a “tentativa de introduzir o comunismo por decreto administrativo, o que, na prática, significa que as relações sociais devem ser desmercantilizadas pela força”. Com esforço, podemos identificar que Mbembe possivelmente se refere à coletivização do campo

conduzida pela União Soviética entre 1929 e 1931. Não é preciso gastar mais páginas argumentando que o que se convencionou chamar de período stalinista (ou ainda à prática política de Joseph Stalin) está diametralmente oposta ao que Mbembe chama de “marxismo clássico”, em outros termos, o materialismo grosseiro e a dialética mecânica aliadas à burocratização do socialismo característicos do período de Stalin estão pro marxismo assim como o próprio Mbembe está para o marxismo, isto é, como retas perpendiculares de desenvolvimento que jamais se cruzarão.

### **Soberania e poder: ações com sujeito ocultado**

O objetivo de Mbembe é demonstrar que a soberania reside “no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (2018, p. 5), e para tal, o autor apresenta duas questões que pretende responder: “sob quais condições práticas se exerce o poder de matar, deixar viver ou expor à morte?” (2018, p. 6) e “quem é o sujeito dessa lei?” (ibidem). A nossa intenção na presente seção é apresentar o modo como Mbembe responde a primeira questão e demonstrar como o autor se esquece de responder a segunda.

Mbembe inicia a resposta para a primeira pergunta na seção “Necropoder e ocupação colonial na modernidade tardia”, usando como exemplo que a “forma mais bem-sucedida de necropoder é a ocupação colonial contemporânea da Palestina” (2018, p. 41). O autor entende como características do “necropoder” a “dinâmica da fragmentação territorial o acesso proibido a certas zonas e a expansão dos assentamentos” (2018, p. 43), e o “Estado colonial tira sua pretensão fundamental de soberania e legitimidade da autoridade de seu próprio relato da história e da identidade” (2018, p. 42), em que essa narrativa é “reforçada pela ideia de que o Estado tem o direito divino de existir; e entra em competição com outra narrativa pelo mesmo espaço sagrado” (ibidem), criando o que Mbembe chama de “Estado do apartheid” (2018, p. 43), que faz uso de “táticas de sítio medieval adaptada para a expansão da rede em campos de refugiados urbanos” (2018, p. 47). O modo de operação dessas práticas é elencado pelo autor como:

Um elemento crucial nessas técnicas de inabilitação do inimigo é a da terra arrasada (*bulldozer*): demolir casas e cidades; desenraizar as oliveiras; crivar de tiros tanques de água; bombardear e obstruir comunicações eletrônicas; escavar estradas; destruir transformadores de energia elétrica; arrasar pistas de aeroporto; desabilitar os transmissores de rádio e televisão; esmagar computadores; saquear símbolos culturais e político-burocráticos do Proto-Estado Palestino; saquear equipamentos médicos. Em outras palavras, levar a cabo uma “guerra infraestrutural”. (2018, p. 47).

Encaminhando para o fim da seção, Mbembe, ainda sem responder a segunda questão, interpreta a ocupação de Israel na Palestina ora como combinação (2018, p. 41; no original, *combining*, 2003, p. 27) de “vários poderes” – a saber: o disciplinar, o biopolítico e o necropolítico –, ora como encadeamento (2018, p. 48; no original, *concatenation*, 2003, p. 29). Contudo, Mbembe apresenta a quem se destina essas práticas sem nomear o remetente, mostra o alvo dos bombardeios sem indicar a condução do destróier, revela os refugiados sem designar a causa do refúgio. O que Mbembe faz, em suma, é indicar os “vários poderes” e as suas manifestações na vida dos oprimidos, sem, no entanto, revelar a autoria dessas ações.

Na seção seguinte, “Máquinas de guerra e heteronomia”, Mbembe direciona sua reflexão às guerras contemporâneas, como a Guerra no Golfo (1991) o genocídio de Ruanda durante a Guerra Civil (1994) e a campanha de Kosovo (1998-1999). Por “máquinas de guerra”, o autor toma a definição de Gilles Deleuze e Félix Guattari, que compreende “um fluxo de guerra absoluta que escoar de um polo ofensivo a um polo defensivo e não é marcado senão por quanta (forças materiais e psíquicas que são como que disponibilidades nominais da guerra)” (2013, p. 15). Mbembe também complementa e sinaliza que essas máquinas se constituem por “segmentos de homens armados que se dividem ou se mesclam, dependendo da tarefa e das circunstâncias” (2018, p. 54), além de serem “difusas e polimorfos”, dotada de capacidade de “metamorfose” e de relação “móvel” com o espaço.

No caso do Golfo e de Kosovo, a “doutrina da ‘força esmagadora ou decisiva’ (*overwhelming or decisive force*) foi totalmente implementada graças a uma revolução militar-tecnológica que multiplicou a capacidade de destruição de forma jamais vista” (MBEMBE, 2018, p. 48-49), graças ao que o autor chama de abismo entre a alta e a baixa tecnologia de guerra. Se na Guerra no Golfo o “uso combinado de bombas inteligentes e bombas revestidas com urânio empobrecido (DU), armas de alta tecnologia, sensores eletrônicos, mísseis guiados a laser, bombas de fragmentação e asfixiantes”, além das “tecnologias *stealth*, veículos aéreos não tripulados e ciberinteligência paralisaram rapidamente quaisquer capacidades do inimigo” (*ibidem*, p. 50), na campanha em Kosovo, a “degradação” das capacidades sérvias tomou a forma de uma guerra infraestrutural que destruiu pontes, ferrovias, rodovias, redes de comunicação, armazéns e depósitos de petróleo, centrais termoelétricas, centrais elétricas e instalações de tratamento de água” (*ibidem*).

Nos dois exemplos acima, Mbembe repete a lógica de sua construção exposta por nós anteriormente, já que põe em exibição as técnicas empregadas nessas duas ocasiões e, não obstante, esquece de citar que os horrores e privação ocorridos no Golfo e em Kosovo

emanaram não de uma força exterior a esse mundo ou de alguma entidade não identificada ainda, mas das forças da Coalizão Internacional, incentivadas financeiramente pela Organização das Nações Unidas (ONU), e notadamente encabeçada pelos Estados Unidos da América no primeiro caso e, no segundo, pelas forças dos países integrantes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) – ou seja, os Estados do capitalismo central – e pela Milícia de Libertação de Kosovo, apoiada pelo governo estadunidense.

O autor sinaliza que essas “máquinas de guerra” “tornam-se rapidamente mecanismos predadores extremamente organizados, que taxam os territórios e as populações que os ocupam e se baseiam numa variedade de redes transnacionais e diásporas *que os proveem com apoio material e financeiro*” (2018, p. 58, ênfase inserida), sem, no entanto, esclarecer os agentes que os proveem material e financeiramente. E nas “guerras da época da globalização” (2018, p. 51) do mundo contemporâneo, “as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar ‘mundos de morte’” (2018, p. 57-58). Aqui, o autor repete o mesmo movimento de descrever as práticas sem ter a intenção de nomear aqueles que as fazem. Responde a primeira questão, mas esquece de resolver a segunda. Os territórios para Mbembe são taxados por ninguém da mesma forma que para ele as armas de fogo apresentam-se disparadas por ninguém. Existe a ação e existe o objeto, mas o sujeito é ocultado por Mbembe.

### **Colonialismo, subdesenvolvimento e dependência: raízes históricas da América Latina**

O intuito dessa seção é de revisitar, de maneira breve e generalizada, o trajeto básico da história econômica da América Latina, e o caminho que culminou no nosso subdesenvolvimento atual. Para compreender esse movimento em terras latino-americanas, faz-se necessário conferir sentido e caráter histórico a essa ideia – uma vez que, para nós, não é o presente que explica o passado, mas o inverso: o passado carrega determinantes para a compreensão do presente. Não se trata, portanto, de negar a existência de uma política que escolhe “quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2018, p. 5), mas de recorrer à história com a intenção de desvendar a razão econômica capaz de explicar os rastros deixados por séculos de dominação e exploração no continente latino-americano.

A tentativa de criar categorias filosóficas que sejam capazes de condensar uma gama de acontecimentos não é exclusividade ou patente deste ou daquele pensador. No século XX, Michel Foucault encontrou no biopoder e na biopolítica as categorias que – segundo o autor francês – seriam capazes de expressar os horrores da primeira metade daquele século. No

presente século, com a finalidade de atualizar essas categorias foucaultianas, Achille Mbembe (2018, p. 71) toma o necropoder e a necropolítica para apreender os “mundos de morte” contemporâneo causado pelas armas de fogo e respectiva destruição em massa. Vilipendiado pelo primeiro e recorrida pelo segundo ao versar sobre a ocupação na Palestina, o colonialismo e a exploração colonial são elementos basilares no caminho da reconstrução histórica de uma política de morte na América Latina.

A expansão ultramarina e a colonização do Novo Mundo são elementos que incorporam um dos mais latentes acontecimentos que permeiam os séculos XVI a XVIII. Na Europa, o cenário se apresenta com predomínio das formas políticas absolutistas e conservação da sociedade estamental apoiada nos privilégios jurídicos como elemento diferenciador. No plano econômico, o capitalismo mercantil emerge focado diretamente na circulação de mercadorias. O projeto de expansão nascido no continente europeu engendra os interesses da nobreza e da burguesia mercantil e encontra num conjunto de relações econômico-sociais a base de sustentação do novo sistema colonial. A adoção do domínio além-mar em nome do sistema colonial apresenta-se como vínculo entre metrópole e colônia.

As relações coloniais constituíram primeiramente na extensa legislação ultramarina das potências colonizadoras – tais como Portugal, Espanha, Holanda, França e Inglaterra – e, em segundo lugar no comércio formalizado entre si, além das vinculações político-administrativas compreendidas. Em síntese, é possível dividir o movimento geral de funcionamento do sistema colonial em povoamento inicial com produção para consumo local em seguida de aparelhamento das linhas do comércio europeu nos mecanismos da economia reprodutiva, com a produção para o mercado externo.

Marchando num acelerado movimento de produção de mercadorias-chave destinadas para o comércio europeu, as economias coloniais preparavam o ritmo de produção para a adoção do trabalho escravo. A América Latina servia de campo de extração de trabalho e morte, seja dos nativos indígenas ou dos africanos escravizados trazidos em forma de mercadoria humana nos navios. Paralelamente atuando como economias complementares das metrópoles com respectivo respaldo econômico, o antigo sistema colonial intensificou o desenvolvimento das economias europeias – processo que nessa época constituiu, por meio do monopólio de mercado, na expansão do capitalismo mercantil e na acentuação da acumulação capitalista. Dessa forma, a acumulação em escala global e a escravidão fundam o que se pode chamar de capitalismo colonial (OURIQUES, 2015, p. 25-26).

Assim, ao captar o curso da colonização na América Latina datado no início século XVI, dispomos de uma compreensão mais ampla da realidade latino-americana atualmente,

marcada pela dependência e pelo desenvolvimento desigual. A expansão e o desenvolvimento econômico das antigas metrópoles foram alcançados graças ao subdesenvolvimento das colônias. Fundado pelo trabalho forçado indígena, sobretudo a *mita* e a *encomienda*, e pelo trabalho escravo trazido nos navios negreiros, a América Latina conhece a política de morte pela via da colonização.

O subdesenvolvimento da América Latina (e de outros países que sofreram com a colonização e imperialismo) é condição direta do desenvolvimento das metrópoles. A acumulação capitalista dos países metropolitanos não poderia fazer-se de outra forma senão por meio da exploração de trabalho escravo; da imposição violenta da ordem colonial e da extração dos recursos naturais. A escravidão não poderia servir a outro fim, a não ser à acumulação de capital da Europa. Como denuncia Marx, “o tesouro apresado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital” (1996b, p. 372).

Não recorremos à categoria de soberania alinhada com a política de morte tal como Foucault e Mbembe concebem: como meio de constituir um poder político de “fazer morrer ou de deixar viver” ou ainda como competência para decidir qual vida é importante e qual não é. De forma oposta, optamos pelo entendimento de que o genocídio na América Latina funda o subdesenvolvimento e dependência latino-americana e, *pari passu*, o desenvolvimento europeu. Nos apoiamos na análise de Ruy Mauro Marini em que “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (2013, p. 47), e movemos o subdesenvolvimento como elemento medular do capitalismo periférico – esse último que, por sua vez, tem conexão direta com o passado colonial.

Em terras latino-americanas toda bonança é prelúdio de vertiginoso declínio, ou “*o sopro sempre efêmero das glórias e o peso sempre perdurável das catástrofes.*” (GALEANO, 2017, p. 199, ênfase no original). O sistema latifundiário, nascido no período colonial, inibe a produção de alimentos e sacrifica a vida em nome da produtividade para exportação, tornando-se, em acordo com Galeano, um dos “gargalos que estrangulam [...] o desenvolvimento de toda a economia” (2017, p. 92). Na América Latina não faltam exemplos de cidades e regiões que viveram seu apogeu econômico ao mesmo tempo – e integradas ao sistema capitalista global – escoavam sua produção para o exterior e engoliam os produtos vindos das metrópoles. Todas as regiões que experimentaram um período de desenvolvimento econômico aparente durante o período colonial (Potosí e Ouro Preto, para limitar os exemplos à extração aurífera) foram incapazes de sustentar a opulência depois que seus recursos

secaram: “cada uma dessas regiões experimentaram o que pode parecer um desenvolvimento econômico durante o período de suas respectivas idades de ouro, mas era um desenvolvimento satélite que não era nem autogerado nem capaz de autoperpetuar-se”<sup>3</sup> (GUNDER FRANK, 1966, p. 22).

Se a particularidade latino-americana está circunscrita na sua história como construtora do desenvolvimento econômico dos países do centro do capitalismo ao passo que sacrificou seu próprio desenvolvimento, isso ocorreu não pela falta de iniciativa local, mas, dentre outros fatores, pelo desestímulo prolongado que a concorrência que os produtos ingleses e posteriormente estadunidenses impunham sobre qualquer espécie de manufatura local incipiente (MARINI, 2013, p. 48 *et seq*). Sem o desenvolvimento da agricultura e da manufatura, as regiões outrora tão ricas padeceram a desertificação, a mendicância e a ruína.

As regiões mais englobadas à economia internacional no período colonial demonstram ser as que apresentam maior subdesenvolvimento hoje. As metrópoles tal qual parasitas, exploraram tudo quanto podiam, e ao fim, deixaram suas colônias deficientes o bastante para gerar seu próprio desenvolvimento. A atual dependência da América Latina descende das relações econômicas (e de outras ordens) causadas pelos vínculos passados e conservados com as antigas metrópoles que hoje ostentam o capitalismo desenvolvido. Ainda que os processos de independência na América Latina tenham posto fim aos pactos coloniais e as restrições comerciais que definiam o colonialismo, o jugo capitalista continuou soberano e sem importunos, ou ainda, segundo Césaire (1978, p. 53), como “um animal agreste que, pelo elementar exercício de sua vitalidade espalha o sangue e semeia a morte”.

Contudo, não nos contentaremos aqui em apenas traçar um panorama das causas históricas de nossa miséria e indicar os agentes da nossa penúria e como agiram ao decorrer dos séculos. Precisamos avançar e não nos contentar com uma crítica-reprodutivista. A nossa tarefa é, acima de tudo, para além dessas páginas. Nossos esforços apontam para a necessidade histórica de não somente imaginar, mas lutar cotidianamente por uma nova possibilidade, uma antítese da dominação e cuja realização seja capaz de varrer as marcas do velho para dar vazão ao novo que nos aguarda – esse último, ainda não visto, mas tão sonhado, teorizado, e aguardado é o que chamam de socialismo: é sob a sua bandeira que lutamos e nos orientamos. Assim, entendemos que o estudo e aproximação da temática do subdesenvolvimento com a revolução social é necessário para compreender nossa atual

<sup>3</sup> “Each of these regions experienced what may have appeared as economic development during the period of its respective golden age. But it was a satellite development which was neither self-generating nor self-perpetuating”.

condição, bem como traçar perspectivas de ação.

### **Aceitação acrítica nos jornais, na pesquisa e na esquerda**

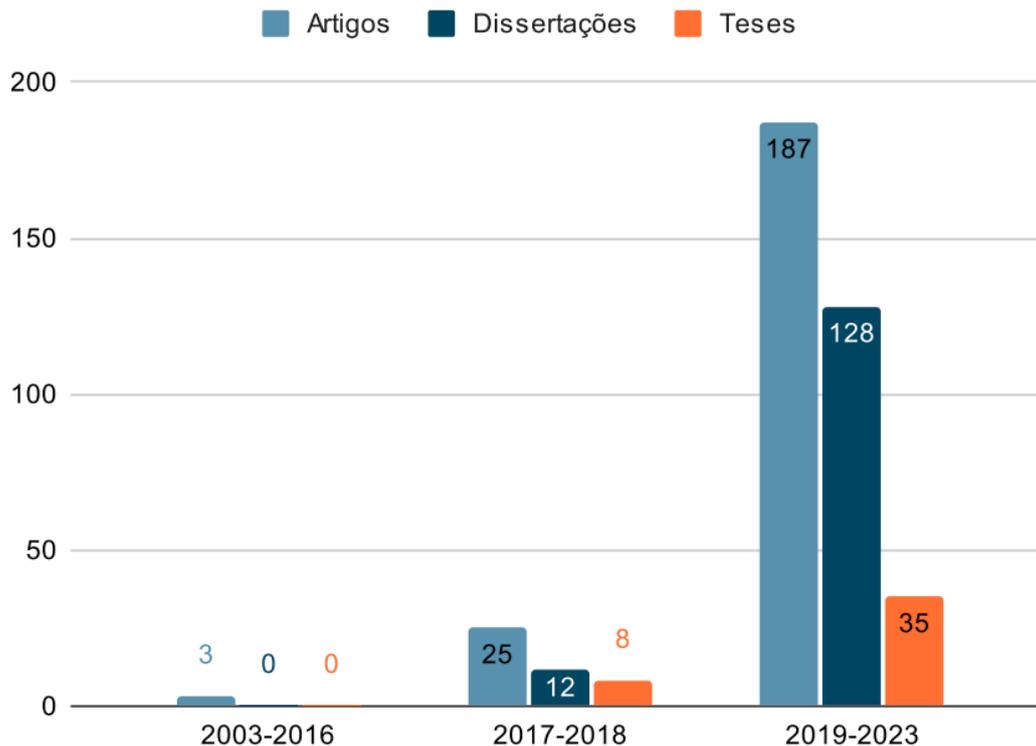
Agora voltaremos nossa atenção ao uso da categoria necropolítica na corrente conjuntura, a fim de expor sua natureza e denunciar a aceitação acrítica da categoria por parcela significativa dos acadêmicos e da esquerda brasileira. Nos colocamos diante da seguinte inquietação: por que a categoria necropolítica aparece cada vez mais nos trabalhos acadêmicos dos mais variados níveis de ensino ao mesmo tempo que estampa os jornais dos meios de comunicação e informação burgueses e os portais das organizações de esquerda? Os motivos são diferentes, é claro, mas revelam aspectos tanto coloniais quanto dependentes, além da tentativa de sufocar qualquer horizonte revolucionário.

Um caminho possível para resolver essa inquietação inicial passa pela observação da quantidade de artigos científicos, dissertações e teses produzidos no Brasil a partir da categoria necropolítica. Selecionamos três períodos:

- a) 2003-2016, que abrange a publicação pela primeira vez do ensaio *Necropolitics* na *Public Culture* (2003) até a primeira aparição desse ensaio traduzido em língua portuguesa na revista *Arte & Ensaios* (2016);
- b) 2017-2018, da recepção da tradução brasileira até a publicação do ensaio em livro, pela n-1 edições (2018);
- c) 2019-2023, da recepção da publicação em livro até o presente momento.

Por tratar de um panorama geral e não do objeto específico deste trabalho, não discutiremos o teor dessas publicações, tampouco as analisaremos de forma minuciosa. Nossa intenção é tão somente apresentar dados das publicações baseadas na categoria necropolítica. Para tal, recorreremos à plataforma Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) tanto para os artigos quanto para as dissertações (de mestrado acadêmico ou profissional) e para as teses<sup>4</sup>. O resultado da pesquisa pelo termo “necropolítica” nos campos de título, palavras-chave, assunto e resumo em produções em língua portuguesa nessas plataformas logrou o seguinte resultado, expresso no gráfico abaixo:

<sup>4</sup> Os sites utilizados para as referidas buscas estão disponíveis em: <<https://bit.ly/3XNLPkf>> e <<https://bit.ly/43rFnQS>>. Acesso em 24 jul. 2023.



**Gráfico 1.** Produção de artigos, teses e dissertações a partir da categoria necropolítica. Dados da plataforma da CAPES em 24 jul. 2023. Gráfico elaborado pelos autores (2023).

A universidade brasileira – e nesse caso em particular as ciências humanas – está habituada a agarrar com afincos qualquer novo conceito ou categoria e a traduzir forçosamente para o nosso idioma e realidade os termos originais em francês ou inglês. Prolifera, a cada ano, publicações brasileiras maravilhadas com os novos-velhos aromas da perfumaria teórica importada, desinteressada e acrítica. Lidam com a ciência como “império do efêmero” (OURIQUES, 2015, p. 13), e por meio de mediações apressadas, a roda é re-descoberta a cada ano. Ao mesmo tempo, tentam sepultar Marx e as categorias do marxismo em seus programas de ensino, publicações e processos seletivos. Tratam Marx da mesma forma que tratavam Hegel na época de Marx: como um “cachorro morto” (MARX, 2017, p. 91). No cenário de terra arrasada, “o estudo de Marx desapareceu nas ciências sociais e poucos são os que recorrem ao O Capital com ânimo de polemizar com as teses fáceis que prosperam nas faculdades de economia, sociologia ou serviço social” (OURIQUES, 2015, p. 73), propiciando o fortalecimento de programas de ensino cujo encargo maior é o compromisso com a reprodução sistematizada (para não dizer reciclada) de teses oriundas do centro do capitalismo, sem qualquer possibilidade crítica ou mediadora. Assim, a partir do gráfico exposto acima, salta aos olhos que a popularização da categoria necropolítica perpassa os quatro anos do governo Bolsonaro, o que indica que os acadêmicos (assim como parte significativa da esquerda brasileira) passaram a recorrer a tal categoria para compreender os

acontecimentos do período.

As formulações teóricas da periferia capitalista que passam a circular nos meios internacionais, como é o caso de Mbembe, precisam antes estarem despidas do conteúdo de classe. Afinal de contas, descrever a reprodução de um fenômeno é menos nocivo do que atacar sua gênese: o verniz democrático e o “direito à crítica” são elementos necessários para a perpetuação do domínio cultural e intelectual. A universidade brasileira, longe de ser a universidade necessária e que precisamos para reunir esforços pela “superação do subdesenvolvimento e da dependência ao exhibir as limitações estruturais do capitalismo dependente, tanto na versão neoliberal quanto na desenvolvimentista” (OURIQUES, 2015, p. 12), se soma a essa lógica de reprodução ampliada da dominação cultural e intelectual, sendo fiel cativa dos compromissos dominantes e de suas teses efêmeras. Tal qual o estágio que o capital e a acumulação em sua fase flexível se encontram, as produções da universidade brasileira

Quando logram certo êxito no domínio do programa importado, as convicções adquiridas são logo abaladas pela aparição de novo modismo e novas estrelas acadêmicas, sempre ultrafestejada pelos monopólios de comunicação, que cancelam o esforço de alguns anos e indicam um “novo” caminho de Sísifo para o acadêmico impotente que vive na periferia e sonha com uma vida nas metrópoles. (OURIQUES, 2015, p. 13).

Não são poucos os casos de uso da categoria necropolítica na grande mídia. No biênio pandêmico 2020-2021, o nome de Mbembe e de sua categoria estamparam os jornais, colunas e pronunciamentos. Nos portais e notas políticas dos partidos de esquerda no Brasil também não faltam exemplos dessa mesma explicação que escamoteia o neoliberalismo e o capitalismo em razão de uma “política de morte” com adornos metafísicos. A política econômica neoliberal de Jair Bolsonaro e Paulo Guedes passaram a ser “necropolítica”<sup>5</sup>, “necrofílicas”<sup>6</sup> e demais variantes. Como mágica, os efeitos miseráveis na vida dos brasileiros, o desemprego, a fome e a queda brusca do nível de vida da população não são mais efeitos nefastos de uma política neoliberal conduzida pela agenda de interesses da classe dominante a qual Bolsonaro e Guedes são representantes formais. De maneira oposta, a mídia burguesa atribui tais efeitos a abstrata política de morte de Bolsonaro e Guedes, como se fosse possível separar sua agenda dos seus efeitos práticos. Para adentrar aos jornais burgueses, é

<sup>5</sup> Cf. *Ministro do STJ critica “necropolítica” de Bolsonaro e vê “país desgovernado” na saúde*. Disponível em: <<https://bit.ly/3DHTdmC>>. Acesso em: 5 set. 2021.

<sup>6</sup> Cf. *O Calvário Brasileiro na Pandemia da COVID-19: entre a Necropolítica e a Distopia*. Disponível em: <<https://bit.ly/2WUy7Rm>>. Acesso em 5 set. 2021.

preciso verificar que o conteúdo seja livre de classismo ou que almeje qualquer mudança radical na sociedade, isto é, é necessário que o conteúdo seja amorfo e que oculte a real natureza da luta de classes, ou ainda: que realize o diagnóstico dos sintomas intrínsecos ao capitalismo e oculte a saída revolucionária para pôr fim ao problema. Assim fazem o Estadão, a Veja<sup>7</sup> e a Folha de São Paulo<sup>8</sup>, por exemplo. O primeiro, que em meio a “uma escolha muito difícil”<sup>9</sup> após o primeiro turno das eleições nacionais de 2018, optou por Bolsonaro.

### Considerações finais

Ao longo da nossa argumentação, tivemos como horizonte a crítica aos postulados de Foucault e Mbembe sem, no entanto, negar a existência concreta de uma política de morte na América Latina. Em absoluto, não se trata de uma simples recusa, mas na reconstrução a partir de uma historicidade anterior. Entendemos que o emprego das categorias desses autores oculta a natureza do conflito marcado pela dominação colonial capitalista, pelo subdesenvolvimento e dependência como gestores da vida latino-americana. Como uma relação de dupla troca desigual, asseveramos que a América Latina participou do desenvolvimento do capitalismo europeu em todos os estágios históricos. De igual maneira, o fortúnio dos países de capitalismo central valeu-se da sorte da periferia capitalista.

Assim, é necessário demonstrar a natureza acrítica da categoria necropolítica (bem como suas derivações) e apontar para uma leitura classista e revolucionária da realidade, numa saída radical para o problema descrito por Mbembe. Em uma passagem das *Odes* de Horácio é possível ler da lavra do grande poeta romano os versos: “*pallida mors aequo pulsat pede pauperum tabernas/regumque turres*” [“a pálida morte bate com pé igual nos casebres dos pobres e nos palácios dos reis”]. No entanto, aqui é preciso discordar de Horácio, a pálida morte *não* bate com pé igual nos casebres dos pobres e nos palácios dos reis.

### Referências

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Univeristária, 2007.

<sup>7</sup> Cf. *O presidente da necropolítica*. Disponível em: <<https://bit.ly/3kZuilW>> e *A necropolítica adotada pelo Brasil em 2020 tem as digitais de Bolsonaro*. Disponível em: <<https://bit.ly/2WVwRgZ>>. Acesso em 5 set. 2021.

<sup>8</sup> Cf. *Pandemia democratizou poder de matar, diz autor da teoria da ‘necropolítica’*. Disponível em: <<https://bit.ly/3DSzbG0>>. Acesso em: 5 set. 2021.

<sup>9</sup> Cf. *Uma escolha muito difícil*. Editorial d’O Estado de São Paulo, 8 out. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3h16qxa>>. Acesso em: 5 set. 2021.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Trad. Claudio Willer. Lisboa: Sá de Costa, 1978.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 2013. (volume 5).

ENGELS, Friedrich. *Carta para Joseph Bloch*. 21-22 de setembro de 1890. Disponível em: <<https://bit.ly/3yxxZUD>> Acesso em 1 set. 2021.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Trad. Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2017.

GUNDER FRANK, Andre. *The Development of Underdevelopment*. Monthly Review, New York, v. 18, n. 4, p. 17-31, sep. 1966.

HORACE. *The Odes and Carmen Saeculare of Horace*. Trad. John Conington. Ebook da edição: London: George Bell and Sons, 1882. Disponível em: <<https://bit.ly/3XRG2tH>>. Acesso em 13 jul. 2023.

MAIA, Eduardo Santos. Crítica da necropolítica: uma abordagem marxista. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v. 14, n. 2, p. 474-497, ago. 2022.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Trad. Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. Florianópolis: Insular, 2013.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Trad. Regis Barbosa e Flávio René Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. (volume 1, tomo 1).

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Trad. Regis Barbosa e Flávio René Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996b. (volume 1, tomo 2).

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Trad. Regis Barbosa e Flávio René Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (volume 3, tomo 5).

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017. (livro 1).

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. Trad. Renata Santini, São Paulo, n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. Trad. Renata Santini. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, v. 32, p. 122-151, 2016.

MBEMBE, Achille. Necropolitics. Trad. Libby Meintjes. *Public Culture*, Durham, v. 15, n. 1, p. 11-40, jan. 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/3h129d4>>. Acesso em: 4 set. 2021.

OURIQUES, Nildo. *O colapso do figurino francês: crítica às ciências sociais no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2015.